



CÓD: OP-039JH-22
7908403523696

ARARAQUARA

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARAQUARA
DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Auxiliar de Farmácia

EDITAL N° 002/2022

Língua Portuguesa

1. Elementos de construção do texto e seu sentido: gênero do texto (literário e não literário, narrativo, descritivo e argumentativo); interpretação e organização interna.	5
2. Semântica: sentido e emprego dos vocábulos; campos semânticos;	13
3. Morfologia: reconhecimento, emprego e sentido das classes gramaticais; processos de formação de palavras; mecanismos de flexão dos nomes e verbos. Emprego de tempos e modos dos verbos em português.	14
4. Sintaxe: frase, oração e período; termos da oração; processos de coordenação e subordinação;	21
5. Concordância nominal e verbal;	23
6. Transitividade e regência de nomes e verbos;	24
7. Padrões gerais de colocação pronominal no português;	25
8. Mecanismos de coesão textual.	25
9. Ortografia.	26
10. Acentuação gráfica.	27
11. Emprego do sinal indicativo de crase.	28
12. Pontuação.	28
13. Estilística: figuras de linguagem.	29
14. Reescrita de frases: substituição, deslocamento, paralelismo;	31
15. Variação linguística: norma culta.	32

Conhecimentos Matemáticos

1. Raciocínio Lógico.	43
2. Conjuntos: relações de pertinência, inclusão, igualdade e operações.	66
3. Razão e Proporção.	76
4. Regra de três simples e composta; Porcentagem	75
5. Juros Simples.	78
6. Geometria Plana e Espacial.	81
7. Sistema Lineares.	92
8. Progressão Aritmética e Geométrica.	102
9. Análise Combinatória e Probabilidade.	106
10. Estatística: média, moda e mediana.	112
11. Trigonometria no Triângulo Retângulo.	116

Conhecimentos de Informática

1. Noções de sistema operacional (ambientes Linux e Windows).	125
2. Edição de textos, planilhas e apresentações (ambientes Microsoft Office e BrOffice).	133
3. Rede de Computadores: conceitos básicos, ferramentas, aplicativos e procedimentos de internet e intranet. Programas de navegação (Microsoft Internet Explorer, Mozilla Firefox, Google Chrome e similares). Programas de correio eletrônico (Outlook Express, Mozilla Thunderbird e similares). Sítio de busca e pesquisa na internet.	142
4. Grupos de discussão.	153
5. Redes Sociais.	155
6. Computação na nuvem (cloud computing).	157
7. Conceitos de organização e de gerenciamento de informações, arquivos, pastas e programas.	159
8. Segurança da informação: procedimentos de segurança. Noções de vírus, worms e pragas virtuais. Aplicativos para segurança (antivírus, firewall, anti-spyware, etc.	161
9. Procedimento de backup.	164
10. Armazenamento de dados na nuvem (cloud storage).	164

Conhecimentos Específicos **Auxiliar de Farmácia**

1. Boas práticas de dispensação de medicamentos E Atendimento ao público	169
2. Noções sobre medicamentos de controle especial e antimicrobianos	170
3. Boas práticas de armazenamento de medicamentos/Normas de boas práticas de armazenamento – recebimento e controle de estoque de medicamentos. Noções básicas de armazenamento e controle de estoque de medicamentos	172
4. Noções de lote de medicamentos e controle de validade de produtos	175
5. Noções de organização e funcionamento da farmácia	176
6. Noções de fabricação de medicamentos	178
7. Noções de higiene, limpeza e biossegurança	179
8. Produtos farmacêuticos: Formas farmacêuticas (comprimido, drágea, comprimido revestido, solução oral, suspensão, xarope, soluções estéreis de grande volume, soluções estéreis de pequeno volume, entre outras), noções de classe terapêutica, noções básicas de reações adversas	185
9. Noções de classe terapêutica	196
10. Noções básicas de reações adversas	197
11. Informações de uso e administração de medicamentos	197
12. Conhecimento da concentração de medicamentos declarada no rótulo dos produtos farmacêuticos	206
13. Sistemas de distribuição de medicamentos (dose unitária, individualizada e coletiva)	207
14. Portaria 344/98 – SVS/MS	210
15. Constituição da República Federativa do Brasil - Título VIII – Da ordem social – Capítulo I e II – Seção I e II	219
16. Lei Federal n.º 8.080/1990 - Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências	221
17. Lei Federal n.º 8142/1990 - Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências	230
18. Portaria GM/MS 399/2006 – Divulga o Pacto pela Saúde - Consolidação do SUS e aprova as Diretrizes Operacionais do Referido Pacto	231
19. Portaria GM/MS n.º 699/2006 - Regulamenta as Diretrizes Operacionais dos Pactos Pela Vida e de Gestão	231
20. Portaria GM/MS n.º 372/2007 - Altera a Portaria 699/GM, que Regulamenta as Diretrizes dos Pactos pela Vida e de Gestão	233
21. Portaria GM/MS n.º 3916/1998	233
22. Lei n.º 9.159/2018 – Plano de Políticas para a Pessoa Idosa	262
23. Lei n.º 9.160/2018 – Plano de Políticas Segurança Alimentar e Nutricional	264
24. Lei n.º 9.161/2018 – Plano de Políticas Preservação Patrimônio Histórico	266
25. Lei n.º 9.167/2018 – Plano de Políticas para a População em Situação de Rua	268
26. Lei n.º 9.168/2018 – Plano de Políticas para a Assistência Social	269
27. Lei n.º 10.443/2022 – Plano de Políticas para a Juventude	270
28. Lei n.º 9.228/2018 – Plano Municipal de Políticas Públicas para a Cultura	272
29. Lei n.º 9.262/2018 – Plano de Políticas Públicas para o Combate à Discriminação e ao Racismo	274
30. Lei n.º 9.263/2018 – Plano de Políticas Públicas para a Mulher	275
31. Lei n.º 9.277/2018 – Plano Municipal sobre Políticas de Drogas	276
32. Lei n.º 9.281/2018 – Plano Municipal de Políticas Públicas para o Esporte e Lazer	277
33. Lei n.º 9.282/2018 – Plano Municipal de Políticas Públicas para os Animais	278
34. Lei n.º 9.300/2018 – Plano Municipal de Políticas Públicas para a Pessoa com Deficiência	279
35. Lei n.º 9.321/2018 – Plano Municipal de Políticas Públicas para a População LGBT (LGBTQIA+)	280
36. Lei n.º 9.357/2018 – Plano Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	281
37. Lei n.º 9.621/2019 – Plano Municipal do Meio Ambiente	282

LÍNGUA PORTUGUESA

ELEMENTOS DE CONSTRUÇÃO DO TEXTO E SEU SENTIDO: GÊNERO DO TEXTO (LITERÁRIO E NÃO LITERÁRIO, NARRATIVO, DESCRITIVO E ARGUMENTATIVO); INTERPRETAÇÃO E ORGANIZAÇÃO INTERNA

Compreender e interpretar textos é essencial para que o objetivo de comunicação seja alcançado satisfatoriamente. Com isso, é importante saber diferenciar os dois conceitos. Vale lembrar que o texto pode ser verbal ou não-verbal, desde que tenha um sentido completo.

A **compreensão** se relaciona ao entendimento de um texto e de sua proposta comunicativa, decodificando a mensagem explícita. Só depois de compreender o texto que é possível fazer a sua interpretação.

A **interpretação** são as conclusões que chegamos a partir do conteúdo do texto, isto é, ela se encontra para além daquilo que está escrito ou mostrado. Assim, podemos dizer que a interpretação é subjetiva, contando com o conhecimento prévio e do repertório do leitor.

Dessa maneira, para compreender e interpretar bem um texto, é necessário fazer a decodificação de códigos linguísticos e/ou visuais, isto é, identificar figuras de linguagem, reconhecer o sentido de conjunções e preposições, por exemplo, bem como identificar expressões, gestos e cores quando se trata de imagens.

Dicas práticas

1. Faça um resumo (pode ser uma palavra, uma frase, um conceito) sobre o assunto e os argumentos apresentados em cada parágrafo, tentando traçar a linha de raciocínio do texto. Se possível, adicione também pensamentos e inferências próprias às anotações.

2. Tenha sempre um dicionário ou uma ferramenta de busca por perto, para poder procurar o significado de palavras desconhecidas.

3. Fique atento aos detalhes oferecidos pelo texto: dados, fonte de referências e datas.

4. Sublinhe as informações importantes, separando fatos de opiniões.

5. Perceba o enunciado das questões. De um modo geral, questões que esperam **compreensão do texto** aparecem com as seguintes expressões: *o autor afirma/sugere que...; segundo o texto...; de acordo com o autor...* Já as questões que esperam **interpretação do texto** aparecem com as seguintes expressões: *conclui-se do texto que...; o texto permite deduzir que...; qual é a intenção do autor quando afirma que...*

Tipologia Textual

A partir da estrutura linguística, da função social e da finalidade de um texto, é possível identificar a qual tipo e gênero ele pertence. Antes, é preciso entender a diferença entre essas duas classificações.

Tipos textuais

A tipologia textual se classifica a partir da estrutura e da finalidade do texto, ou seja, está relacionada ao modo como o texto se apresenta. A partir de sua função, é possível estabelecer um padrão específico para se fazer a enunciação.

Veja, no quadro abaixo, os principais tipos e suas características:

TEXTO NARRATIVO	Apresenta um enredo, com ações e relações entre personagens, que ocorre em determinados espaço e tempo. É contado por um narrador, e se estrutura da seguinte maneira: apresentação > desenvolvimento > clímax > desfecho
TEXTO DISSERTATIVO ARGUMENTATIVO	Tem o objetivo de defender determinado ponto de vista, persuadindo o leitor a partir do uso de argumentos sólidos. Sua estrutura comum é: introdução > desenvolvimento > conclusão.
TEXTO EXPOSITIVO	Procura expor ideias, sem a necessidade de defender algum ponto de vista. Para isso, usa-se comparações, informações, definições, conceitualizações etc. A estrutura segue a do texto dissertativo-argumentativo.
TEXTO DESCRITIVO	Expõe acontecimentos, lugares, pessoas, de modo que sua finalidade é descrever, ou seja, caracterizar algo ou alguém. Com isso, é um texto rico em adjetivos e em verbos de ligação.
TEXTO INJUNTIVO	Oferece instruções, com o objetivo de orientar o leitor. Sua maior característica são os verbos no modo imperativo.

Gêneros textuais

A classificação dos gêneros textuais se dá a partir do reconhecimento de certos padrões estruturais que se constituem a partir da função social do texto. No entanto, sua estrutura e seu estilo não são tão limitados e definidos como ocorre na tipologia textual, podendo se apresentar com uma grande diversidade. Além disso, o padrão também pode sofrer modificações ao longo do tempo, assim como a própria língua e a comunicação, no geral.

Alguns exemplos de gêneros textuais:

- Artigo
- Bilhete
- Bula
- Carta
- Conto
- Crônica
- E-mail
- Lista
- Manual

- Notícia
- Poema
- Propaganda
- Receita culinária
- Resenha
- Seminário

Vale lembrar que é comum enquadrar os gêneros textuais em determinados tipos textuais. No entanto, nada impede que um texto literário seja feito com a estruturação de uma receita culinária, por exemplo. Então, fique atento quanto às características, à finalidade e à função social de cada texto analisado.

ARGUMENTAÇÃO

O ato de comunicação não visa apenas transmitir uma informação a alguém. Quem comunica pretende criar uma imagem positiva de si mesmo (por exemplo, a de um sujeito educado, ou inteligente, ou culto), quer ser aceito, deseja que o que diz seja admitido como verdadeiro. Em síntese, tem a intenção de convencer, ou seja, tem o desejo de que o ouvinte creia no que o texto diz e faça o que ele propõe.

Se essa é a finalidade última de todo ato de comunicação, todo texto contém um componente argumentativo. A argumentação é o conjunto de recursos de natureza linguística destinados a persuadir a pessoa a quem a comunicação se destina. Está presente em todo tipo de texto e visa a promover adesão às teses e aos pontos de vista defendidos.

As pessoas costumam pensar que o argumento seja apenas uma prova de verdade ou uma razão indiscutível para comprovar a veracidade de um fato. O argumento é mais que isso: como se disse acima, é um recurso de linguagem utilizado para levar o interlocutor a crer naquilo que está sendo dito, a aceitar como verdadeiro o que está sendo transmitido. A argumentação pertence ao domínio da retórica, arte de persuadir as pessoas mediante o uso de recursos de linguagem.

Para compreender claramente o que é um argumento, é bom voltar ao que diz Aristóteles, filósofo grego do século IV a.C., numa obra intitulada “Tópicos: os argumentos são úteis quando se tem de escolher entre duas ou mais coisas”.

Se tivermos de escolher entre uma coisa vantajosa e uma desvantajosa, como a saúde e a doença, não precisamos argumentar. Suponhamos, no entanto, que tenhamos de escolher entre duas coisas igualmente vantajosas, a riqueza e a saúde. Nesse caso, precisamos argumentar sobre qual das duas é mais desejável. O argumento pode então ser definido como qualquer recurso que torna uma coisa mais desejável que outra. Isso significa que ele atua no domínio do preferível. Ele é utilizado para fazer o interlocutor crer que, entre duas teses, uma é mais provável que a outra, mais possível que a outra, mais desejável que a outra, é preferível à outra.

O objetivo da argumentação não é demonstrar a verdade de um fato, mas levar o ouvinte a admitir como verdadeiro o que o enunciador está propondo.

Há uma diferença entre o raciocínio lógico e a argumentação. O primeiro opera no domínio do necessário, ou seja, pretende demonstrar que uma conclusão deriva necessariamente das premissas propostas, que se deduz obrigatoriamente dos postulados admitidos. No raciocínio lógico, as conclusões não dependem de crenças, de uma maneira de ver o mundo, mas apenas do encadeamento de premissas e conclusões.

Por exemplo, um raciocínio lógico é o seguinte encadeamento:
A é igual a B.
A é igual a C.
Então: C é igual a B.

Admitidos os dois postulados, a conclusão é, obrigatoriamente, que C é igual a A.

Outro exemplo:

Todo ruminante é um mamífero.

A vaca é um ruminante.

Logo, a vaca é um mamífero.

Admitidas como verdadeiras as duas premissas, a conclusão também será verdadeira.

No domínio da argumentação, as coisas são diferentes. Nele, a conclusão não é necessária, não é obrigatória. Por isso, deve-se mostrar que ela é a mais desejável, a mais provável, a mais plausível. Se o Banco do Brasil fizer uma propaganda dizendo-se mais confiável do que os concorrentes porque existe desde a chegada da família real portuguesa ao Brasil, ele estará dizendo-nos que um banco com quase dois séculos de existência é sólido e, por isso, confiável. Embora não haja relação necessária entre a solidez de uma instituição bancária e sua antiguidade, esta tem peso argumentativo na afirmação da confiabilidade de um banco. Portanto é provável que se creia que um banco mais antigo seja mais confiável do que outro fundado há dois ou três anos.

Enumerar todos os tipos de argumentos é uma tarefa quase impossível, tantas são as formas de que nos valem para fazer as pessoas preferirem uma coisa a outra. Por isso, é importante entender bem como eles funcionam.

Já vimos diversas características dos argumentos. É preciso acrescentar mais uma: o convencimento do interlocutor, o auditório, que pode ser individual ou coletivo, será tanto mais fácil quanto mais os argumentos estiverem de acordo com suas crenças, suas expectativas, seus valores. Não se pode convencer um auditório pertencente a uma dada cultura enfatizando coisas que ele abomina. Será mais fácil convencê-lo valorizando coisas que ele considera positivas. No Brasil, a publicidade da cerveja vem com frequência associada ao futebol, ao gol, à paixão nacional. Nos Estados Unidos, essa associação certamente não surtiria efeito, porque lá o futebol não é valorizado da mesma forma que no Brasil. O poder persuasivo de um argumento está vinculado ao que é valorizado ou desvalorizado numa dada cultura.

Tipos de Argumento

Já verificamos que qualquer recurso linguístico destinado a fazer o interlocutor dar preferência à tese do enunciador é um argumento. Exemplo:

Argumento de Autoridade

É a citação, no texto, de afirmações de pessoas reconhecidas pelo auditório como autoridades em certo domínio do saber, para servir de apoio àquilo que o enunciador está propondo. Esse recurso produz dois efeitos distintos: revela o conhecimento do produtor do texto a respeito do assunto de que está tratando; dá ao texto a garantia do autor citado. É preciso, no entanto, não fazer do texto um amontoado de citações. A citação precisa ser pertinente e verdadeira. Exemplo:

“A imaginação é mais importante do que o conhecimento.”

Quem disse a frase aí de cima não fui eu... Foi Einstein. Para ele, uma coisa vem antes da outra: sem imaginação, não há conhecimento. Nunca o inverso.

Alex José Periscinoto.

In: Folha de S. Paulo, 30/8/1993, p. 5-2

A tese defendida nesse texto é que a imaginação é mais importante do que o conhecimento. Para levar o auditório a aderir a ela, o enunciador cita um dos mais célebres cientistas do mundo. Se um físico de renome mundial disse isso, então as pessoas devem acreditar que é verdade.

Argumento de Quantidade

É aquele que valoriza mais o que é apreciado pelo maior número de pessoas, o que existe em maior número, o que tem maior duração, o que tem maior número de adeptos, etc. O fundamento desse tipo de argumento é que mais = melhor. A publicidade faz largo uso do argumento de quantidade.

Argumento do Consenso

É uma variante do argumento de quantidade. Fundamenta-se em afirmações que, numa determinada época, são aceitas como verdadeiras e, portanto, dispensam comprovações, a menos que o objetivo do texto seja comprovar alguma delas. Parte da ideia de que o consenso, mesmo que equivocado, corresponde ao indiscutível, ao verdadeiro e, portanto, é melhor do que aquilo que não desfruta dele. Em nossa época, são consensuais, por exemplo, as afirmações de que o meio ambiente precisa ser protegido e de que as condições de vida são piores nos países subdesenvolvidos. Ao confiar no consenso, porém, corre-se o risco de passar dos argumentos válidos para os lugares comuns, os preconceitos e as frases carentes de qualquer base científica.

Argumento de Existência

É aquele que se fundamenta no fato de que é mais fácil aceitar aquilo que comprovadamente existe do que aquilo que é apenas provável, que é apenas possível. A sabedoria popular enuncia o argumento de existência no provérbio “Mais vale um pássaro na mão do que dois voando”.

Nesse tipo de argumento, incluem-se as provas documentais (fotos, estatísticas, depoimentos, gravações, etc.) ou provas concretas, que tornam mais aceitável uma afirmação genérica. Durante a invasão do Iraque, por exemplo, os jornais diziam que o exército americano era muito mais poderoso do que o iraquiano. Essa afirmação, sem ser acompanhada de provas concretas, poderia ser vista como propagandística. No entanto, quando documentada pela comparação do número de canhões, de carros de combate, de navios, etc., ganhava credibilidade.

Argumento quase lógico

É aquele que opera com base nas relações lógicas, como causa e efeito, analogia, implicação, identidade, etc. Esses raciocínios são chamados quase lógicos porque, diversamente dos raciocínios lógicos, eles não pretendem estabelecer relações necessárias entre os elementos, mas sim instituir relações prováveis, possíveis, plausíveis. Por exemplo, quando se diz “A é igual a B”, “B é igual a C”, “então A é igual a C”, estabelece-se uma relação de identidade lógica. Entretanto, quando se afirma “Amigo de amigo meu é meu amigo” não se institui uma identidade lógica, mas uma identidade provável.

Um texto coerente do ponto de vista lógico é mais facilmente aceito do que um texto incoerente. Vários são os defeitos que concorrem para desqualificar o texto do ponto de vista lógico: fugir do tema proposto, cair em contradição, tirar conclusões que não se fundamentam nos dados apresentados, ilustrar afirmações gerais com fatos inadequados, narrar um fato e dele extrair generalizações indevidas.

Argumento do Atributo

É aquele que considera melhor o que tem propriedades típicas daquilo que é mais valorizado socialmente, por exemplo, o mais raro é melhor que o comum, o que é mais refinado é melhor que o que é mais grosseiro, etc.

Por esse motivo, a publicidade usa, com muita frequência, celebridades recomendando prédios residenciais, produtos de beleza, alimentos estéticos, etc., com base no fato de que o consumidor tende a associar o produto anunciado com atributos da celebridade.

Uma variante do argumento de atributo é o argumento da competência linguística. A utilização da variante culta e formal da língua que o produtor do texto conhece a norma linguística socialmente mais valorizada e, por conseguinte, deve produzir um texto em que se pode confiar. Nesse sentido é que se diz que o modo de dizer dá confiabilidade ao que se diz.

Imagine-se que um médico deva falar sobre o estado de saúde de uma personalidade pública. Ele poderia fazê-lo das duas maneiras indicadas abaixo, mas a primeira seria infinitamente mais adequada para a persuasão do que a segunda, pois esta produziria certa estranheza e não criaria uma imagem de competência do médico:

- Para aumentar a confiabilidade do diagnóstico e levando em conta o caráter invasivo de alguns exames, a equipe médica houve por bem determinar o internamento do governador pelo período de três dias, a partir de hoje, 4 de fevereiro de 2001.

- Para conseguir fazer exames com mais cuidado e porque alguns deles são barrapésada, a gente botou o governador no hospital por três dias.

Como dissemos antes, todo texto tem uma função argumentativa, porque ninguém fala para não ser levado a sério, para ser ridicularizado, para ser desmentido: em todo ato de comunicação deseja-se influenciar alguém. Por mais neutro que pretenda ser, um texto tem sempre uma orientação argumentativa.

A orientação argumentativa é uma certa direção que o falante traça para seu texto. Por exemplo, um jornalista, ao falar de um homem público, pode ter a intenção de criticá-lo, de ridicularizá-lo ou, ao contrário, de mostrar sua grandeza.

O enunciador cria a orientação argumentativa de seu texto dando destaque a uns fatos e não a outros, omitindo certos episódios e revelando outros, escolhendo determinadas palavras e não outras, etc. Veja:

“O clima da festa era tão pacífico que até sogras e noras trocavam abraços afetuosos.”

O enunciador aí pretende ressaltar a ideia geral de que noras e sogras não se toleram. Não fosse assim, não teria escolhido esse fato para ilustrar o clima da festa nem teria utilizado o termo até, que serve para incluir no argumento alguma coisa inesperada.

Além dos defeitos de argumentação mencionados quando tratamos de alguns tipos de argumentação, vamos citar outros:

- Uso sem delimitação adequada de palavra de sentido tão amplo, que serve de argumento para um ponto de vista e seu contrário. São noções confusas, como paz, que, paradoxalmente, pode ser usada pelo agressor e pelo agredido. Essas palavras podem ter valor positivo (paz, justiça, honestidade, democracia) ou vir carregadas de valor negativo (autoritarismo, degradação do meio ambiente, injustiça, corrupção).

- Uso de afirmações tão amplas, que podem ser derrubadas por um único contra exemplo. Quando se diz “Todos os políticos são ladrões”, basta um único exemplo de político honesto para destruir o argumento.

CONHECIMENTOS MATEMÁTICOS

RACIOCÍNIO LÓGICO

RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO

Este tipo de raciocínio testa sua habilidade de resolver problemas matemáticos, e é uma forma de medir seu domínio das diferentes áreas do estudo da Matemática: Aritmética, Álgebra, leitura de tabelas e gráficos, Probabilidade e Geometria etc. Essa parte consiste nos seguintes conteúdos:

- Operação com conjuntos.
- Cálculos com porcentagens.
- Raciocínio lógico envolvendo problemas aritméticos, geométricos e matriciais.
- Geometria básica.
- Álgebra básica e sistemas lineares.
- Calendários.
- Numeração.
- Razões Especiais.
- Análise Combinatória e Probabilidade.
- Progressões Aritmética e Geométrica.

RACIOCÍNIO LÓGICO DEDUTIVO

Este tipo de raciocínio está relacionado ao conteúdo Lógica de Argumentação.

ORIENTAÇÕES ESPACIAL E TEMPORAL

O raciocínio lógico espacial ou orientação espacial envolvem figuras, dados e palitos. O raciocínio lógico temporal ou orientação temporal envolve datas, calendário, ou seja, envolve o tempo.

O mais importante é praticar o máximo de questões que envolvam os conteúdos:

- Lógica sequencial
- Calendários

RACIOCÍNIO VERBAL

Avalia a capacidade de interpretar informação escrita e tirar conclusões lógicas.

Uma avaliação de raciocínio verbal é um tipo de análise de habilidade ou aptidão, que pode ser aplicada ao se candidatar a uma vaga. Raciocínio verbal é parte da capacidade cognitiva ou inteligência geral; é a percepção, aquisição, organização e aplicação do conhecimento por meio da linguagem.

Nos testes de raciocínio verbal, geralmente você recebe um trecho com informações e precisa avaliar um conjunto de afirmações, selecionando uma das possíveis respostas:

A – Verdadeiro (A afirmação é uma consequência lógica das informações ou opiniões contidas no trecho)

B – Falso (A afirmação é logicamente falsa, consideradas as informações ou opiniões contidas no trecho)

C – Impossível dizer (Impossível determinar se a afirmação é verdadeira ou falsa sem mais informações)

ESTRUTURAS LÓGICAS

Precisamos antes de tudo compreender o que são proposições. Chama-se proposição toda sentença declarativa à qual podemos atribuir um dos valores lógicos: verdadeiro ou falso, nunca ambos. Trata-se, portanto, de uma sentença fechada.

Elas podem ser:

• **Sentença aberta:** quando não se pode atribuir um valor lógico verdadeiro ou falso para ela (ou valorar a proposição!), portanto, não é considerada frase lógica. São consideradas sentenças abertas:

- Frases interrogativas: Quando será prova? - Estudou ontem? – Fez Sol ontem?

- Frases exclamativas: Gol! – Que maravilhoso!

- Frase imperativas: Estude e leia com atenção. – Desligue a televisão.

- Frases sem sentido lógico (expressões vagas, paradoxais, ambíguas, ...): “esta frase é falsa” (expressão paradoxal) – O cachorro do meu vizinho morreu (expressão ambígua) – $2 + 5 + 1$

• **Sentença fechada:** quando a proposição admitir um ÚNICO valor lógico, seja ele verdadeiro ou falso, nesse caso, será considerada uma frase, proposição ou sentença lógica.

Proposições simples e compostas

• **Proposições simples** (ou atômicas): aquela que **NÃO** contém nenhuma outra proposição como parte integrante de si mesma. As proposições simples são designadas pelas letras latinas minúsculas p, q, r, s..., chamadas letras proposicionais.

• **Proposições compostas** (ou moleculares ou estruturas lógicas): aquela formada pela combinação de duas ou mais proposições simples. As proposições compostas são designadas pelas letras latinas maiúsculas P, Q, R, R..., também chamadas letras proposicionais.

ATENÇÃO: TODAS as **proposições compostas são formadas por duas proposições simples.**

Proposições Compostas – Conectivos

As proposições compostas são formadas por proposições simples ligadas por conectivos, aos quais formam um valor lógico, que podemos vê na tabela a seguir:

OPERAÇÃO	CONECTIVO	ESTRUTURA LÓGICA	TABELA VERDADE															
Negação	\sim	Não p	<table border="1"> <tr> <td>p</td> <td>$\sim p$</td> </tr> <tr> <td>V</td> <td>F</td> </tr> <tr> <td>F</td> <td>V</td> </tr> </table>	p	$\sim p$	V	F	F	V									
p	$\sim p$																	
V	F																	
F	V																	
Conjunção	\wedge	p e q	<table border="1"> <tr> <td>p</td> <td>q</td> <td>$p \wedge q$</td> </tr> <tr> <td>V</td> <td>V</td> <td>V</td> </tr> <tr> <td>V</td> <td>F</td> <td>F</td> </tr> <tr> <td>F</td> <td>V</td> <td>F</td> </tr> <tr> <td>F</td> <td>F</td> <td>F</td> </tr> </table>	p	q	$p \wedge q$	V	V	V	V	F	F	F	V	F	F	F	F
p	q	$p \wedge q$																
V	V	V																
V	F	F																
F	V	F																
F	F	F																
Disjunção Inclusiva	\vee	p ou q	<table border="1"> <tr> <td>p</td> <td>q</td> <td>$p \vee q$</td> </tr> <tr> <td>V</td> <td>V</td> <td>V</td> </tr> <tr> <td>V</td> <td>F</td> <td>V</td> </tr> <tr> <td>F</td> <td>V</td> <td>V</td> </tr> <tr> <td>F</td> <td>F</td> <td>F</td> </tr> </table>	p	q	$p \vee q$	V	V	V	V	F	V	F	V	V	F	F	F
p	q	$p \vee q$																
V	V	V																
V	F	V																
F	V	V																
F	F	F																
Disjunção Exclusiva	$\underline{\vee}$	Ou p ou q	<table border="1"> <tr> <td>p</td> <td>q</td> <td>$p \underline{\vee} q$</td> </tr> <tr> <td>V</td> <td>V</td> <td>F</td> </tr> <tr> <td>V</td> <td>F</td> <td>V</td> </tr> <tr> <td>F</td> <td>V</td> <td>V</td> </tr> <tr> <td>F</td> <td>F</td> <td>F</td> </tr> </table>	p	q	$p \underline{\vee} q$	V	V	F	V	F	V	F	V	V	F	F	F
p	q	$p \underline{\vee} q$																
V	V	F																
V	F	V																
F	V	V																
F	F	F																
Condicional	\rightarrow	Se p então q	<table border="1"> <tr> <td>p</td> <td>q</td> <td>$p \rightarrow q$</td> </tr> <tr> <td>V</td> <td>V</td> <td>V</td> </tr> <tr> <td>V</td> <td>F</td> <td>F</td> </tr> <tr> <td>F</td> <td>V</td> <td>V</td> </tr> <tr> <td>F</td> <td>F</td> <td>V</td> </tr> </table>	p	q	$p \rightarrow q$	V	V	V	V	F	F	F	V	V	F	F	V
p	q	$p \rightarrow q$																
V	V	V																
V	F	F																
F	V	V																
F	F	V																
Bicondicional	\leftrightarrow	p se e somente se q	<table border="1"> <tr> <td>p</td> <td>q</td> <td>$p \leftrightarrow q$</td> </tr> <tr> <td>V</td> <td>V</td> <td>V</td> </tr> <tr> <td>V</td> <td>F</td> <td>F</td> </tr> <tr> <td>F</td> <td>V</td> <td>F</td> </tr> <tr> <td>F</td> <td>F</td> <td>V</td> </tr> </table>	p	q	$p \leftrightarrow q$	V	V	V	V	F	F	F	V	F	F	F	V
p	q	$p \leftrightarrow q$																
V	V	V																
V	F	F																
F	V	F																
F	F	V																

CONHECIMENTOS MATEMÁTICOS

Em síntese temos a tabela verdade das proposições que facilitará na resolução de diversas questões

		Disjunção	Conjunção	Condicional	Bicondicional
p	q	$p \vee q$	$p \wedge q$	$p \rightarrow q$	$p \leftrightarrow q$
V	V	V	V	V	V
V	F	V	F	F	F
F	V	V	F	V	F
F	F	F	F	V	V

Exemplo:
(MEC – CONHECIMENTOS BÁSICOS PARA OS POSTOS 9,10,11 E 16 – CESPE)

	P	Q	R
①	V	V	V
②	F	V	V
③	V	F	V
④	F	F	V
⑤	V	V	F
⑥	F	V	F
⑦	V	F	F
⑧	F	F	F

A figura acima apresenta as colunas iniciais de uma tabela-verdade, em que P, Q e R representam proposições lógicas, e V e F correspondem, respectivamente, aos valores lógicos verdadeiro e falso.

Com base nessas informações e utilizando os conectivos lógicos usuais, julgue o item subsecutivo.

A última coluna da tabela-verdade referente à proposição lógica $P \vee (Q \leftrightarrow R)$ quando representada na posição horizontal é igual a

	①	②	③	④	⑤	⑥	⑦	⑧
$P \vee (Q \leftrightarrow R)$	V	V	V	F	V	F	V	V

- () Certo
- () Errado

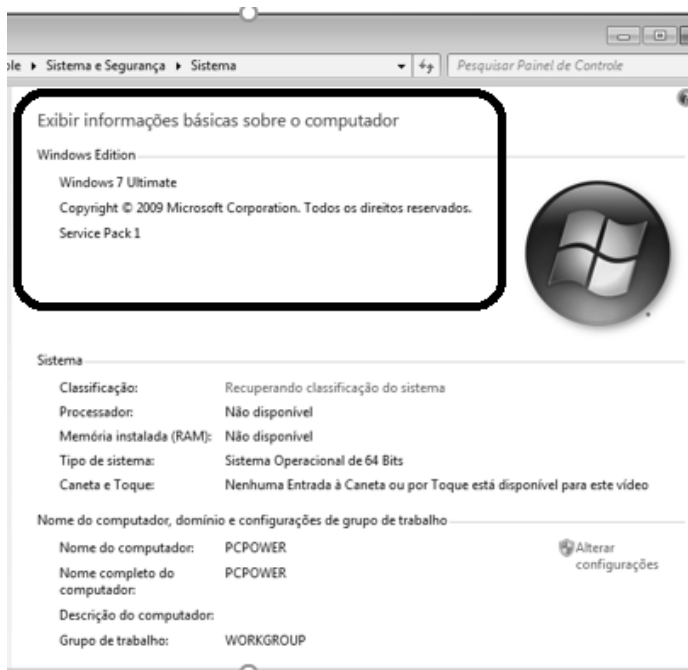
Resolução:
 $P \vee (Q \leftrightarrow R)$, montando a tabela verdade temos:

R	Q	P	[P	v	(Q	\leftrightarrow	R)]
V	V	V	V	V	V	V	V
V	V	F	F	V	V	V	V
V	F	V	V	V	F	F	V
V	F	F	F	F	F	F	V
F	V	V	V	V	V	F	F
F	V	F	F	F	V	F	F
F	F	V	V	V	F	V	F
F	F	F	F	V	F	V	F

Resposta: Certo

CONHECIMENTOS DE INFORMÁTICA

NOÇÕES DE SISTEMA OPERACIONAL (AMBIENTES LINUX E WINDOWS)

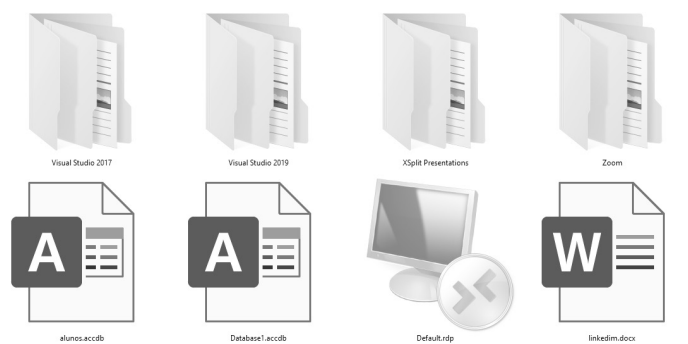


Conceito de pastas e diretórios

Pasta algumas vezes é chamada de diretório. Pastas servem para organizar, armazenar e organizar os arquivos. Estes arquivos podem ser documentos de forma geral (textos, fotos, vídeos, aplicativos diversos).

Lembrando sempre que o Windows possui uma pasta com o nome do usuário onde são armazenados dados pessoais.

Dentro deste contexto temos uma hierarquia de pastas.

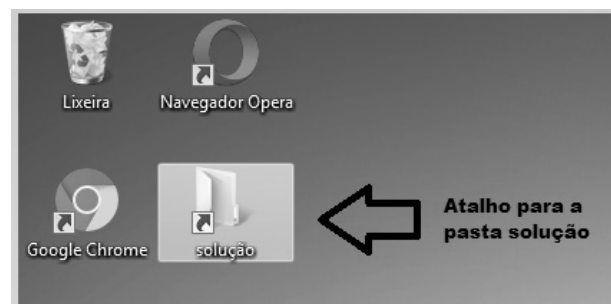
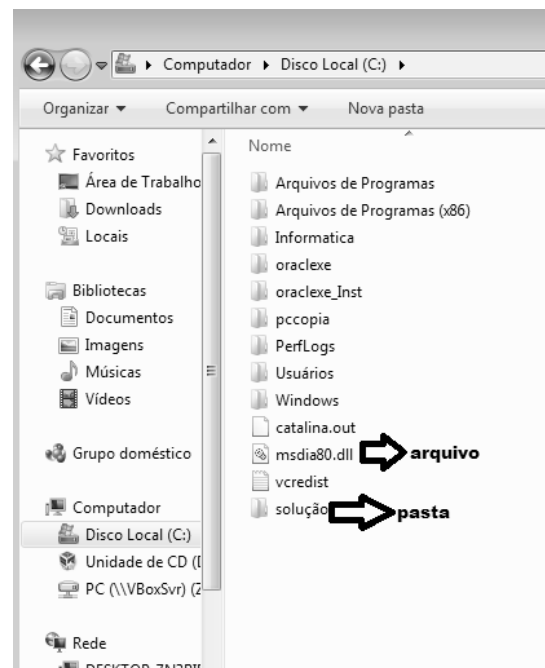


No caso da figura acima, temos quatro pastas e quatro arquivos.

Arquivos e atalhos

Como vimos anteriormente: pastas servem para organização, vimos que uma pasta pode conter outras pastas, arquivos e atalhos.

- **Arquivo** é um item único que contém um determinado dado. Estes arquivos podem ser documentos de forma geral (textos, fotos, vídeos e etc.), aplicativos diversos, etc.
- **Atalho** é um item que permite fácil acesso a uma determinada pasta ou arquivo propriamente dito.



Área de trabalho do Windows 7



Área de transferência

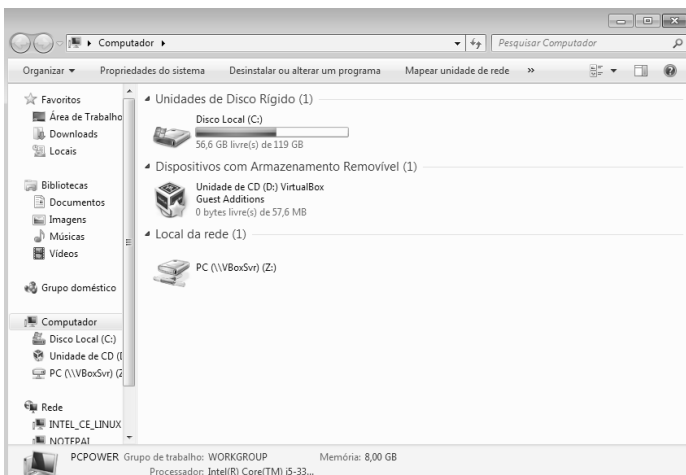
A área de transferência é muito importante e funciona em segundo plano. Ela funciona de forma temporária guardando vários tipos de itens, tais como arquivos, informações etc.

– Quando executamos comandos como “Copiar” ou “Ctrl + C”, estamos copiando dados para esta área intermediária.

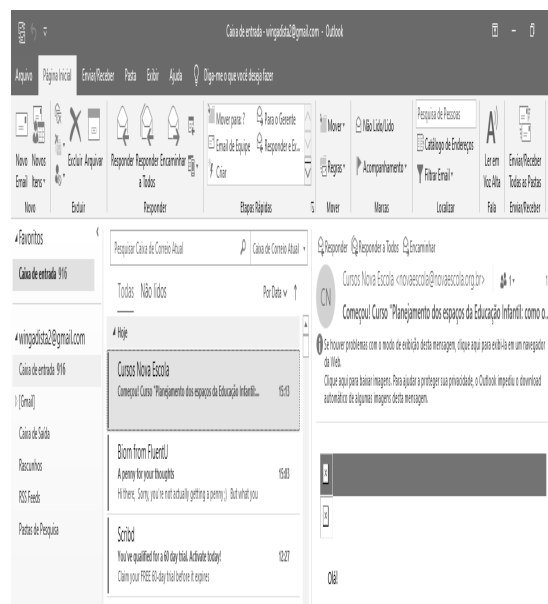
– Quando executamos comandos como “Colar” ou “Ctrl + V”, estamos colando, isto é, estamos pegando o que está gravado na área de transferência.

Manipulação de arquivos e pastas

A caminho mais rápido para acessar e manipular arquivos e pastas é outros objetos é através do “Meu Computador”. Podemos executar tarefas tais como: copiar, colar, mover arquivos, criar pastas, criar atalhos etc.



Uso dos menus



Programas e aplicativos

- Media Player
- Media Center
- Limpeza de disco
- Desfragmentador de disco
- Os jogos do Windows.
- Ferramenta de captura
- Backup e Restore

Interação com o conjunto de aplicativos

Vamos separar esta interação do usuário por categoria para entendermos melhor as funções categorizadas.

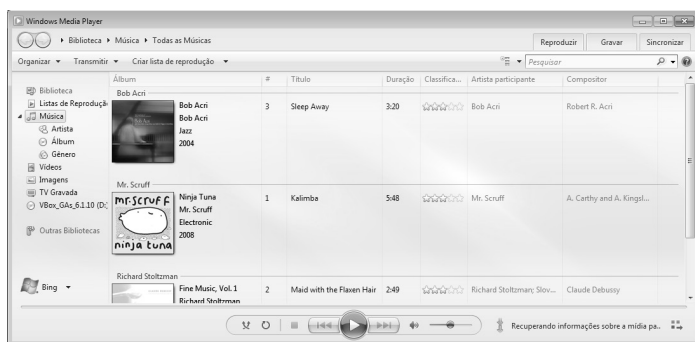
Facilidades



O Windows possui um recurso muito interessante que é o Capturador de Tela, simplesmente podemos, com o mouse, recortar a parte desejada e colar em outro lugar.

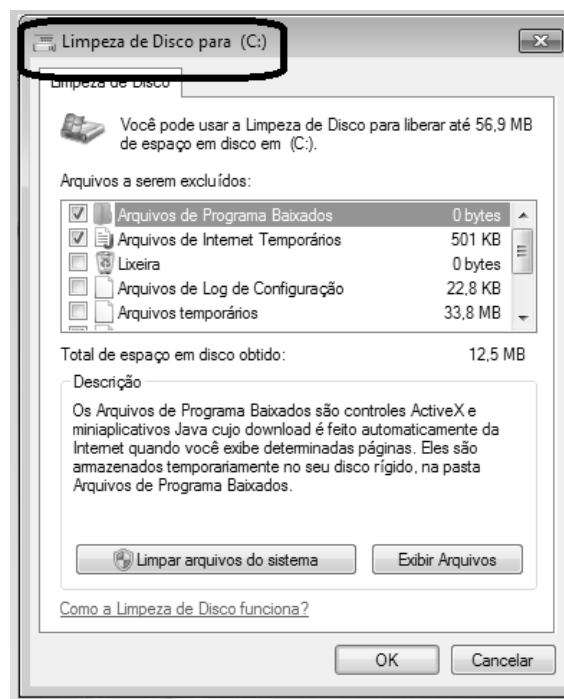
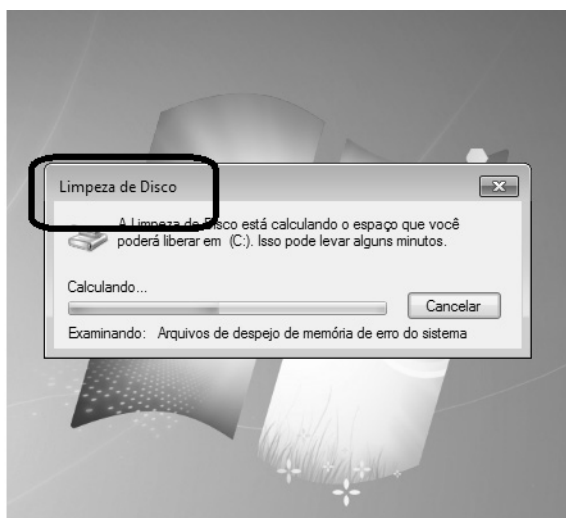
Música e Vídeo

Temos o Media Player como player nativo para ouvir músicas e assistir vídeos. O Windows Media Player é uma excelente experiência de entretenimento, nele pode-se administrar bibliotecas de música, fotografia, vídeos no seu computador, copiar CDs, criar playlists e etc., isso também é válido para o media center.

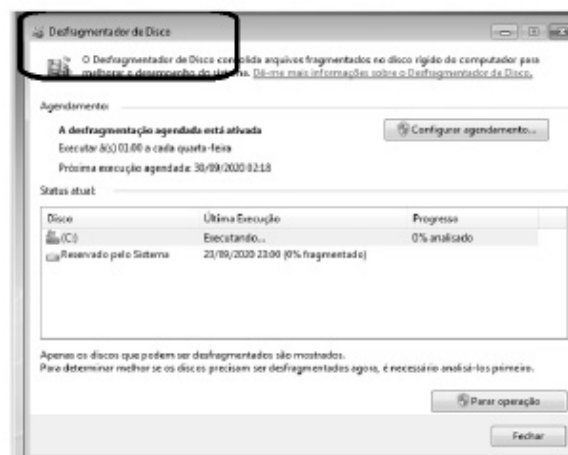


Ferramentas do sistema

• A limpeza de disco é uma ferramenta importante, pois o próprio Windows sugere arquivos inúteis e podemos simplesmente confirmar sua exclusão.



• O desfragmentador de disco é uma ferramenta muito importante, pois conforme vamos utilizando o computador os arquivos ficam internamente desorganizados, isto faz que o computador fique lento. Utilizando o desfragmentador o Windows se reorganiza internamente tornando o computador mais rápido e fazendo com que o Windows acesse os arquivos com maior rapidez.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Auxiliar de Farmácia

BOAS PRÁTICAS DE DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS E ATENDIMENTO AO PÚBLICO

A dispensação de medicamentos no ambiente hospitalar exige do farmacêutico responsável, além do conhecimento técnico, uma prática humanista. Sobretudo dentro de um hospital, onde a farmácia ultrapassa a esfera comercial e atua primordialmente como um serviço de assistência à saúde.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), mais da metade dos medicamentos tem prescrição, venda ou dispensação inadequada. Isso se dá pela ausência de boas práticas, seja numa farmácia hospitalar ou numa drogaria.

Um dos fatores que refletem a importância da farmacovigilância e da necessidade de atenção à dispensação de medicamentos é o uso irracional, que pode ocorrer das seguintes maneiras:

- polifarmácia (uso de cinco ou mais medicamentos por paciente);
- uso de antimicrobianos para infecções não bacterianas, muitas vezes em doses inadequadas;
- excesso de injeções no lugar de fórmulas orais que seriam mais apropriadas;
- prescrição em desacordo com as diretrizes clínicas;
- automedicação inapropriada de medicamentos prescritos anteriormente;
- não adesão aos regimes de dosagem.

Desse modo, as boas práticas para o uso racional de medicamentos são fundamentais, pois garantem a eficácia do tratamento e a segurança do paciente. E também assegura a eficiência do processo e a economia de recursos pois evita o desperdício de medicamentos.

Por tudo isso, trouxemos neste artigo alguns exemplos de boas práticas na dispensação, para melhorar a abordagem e tornar o tratamento do paciente mais seguro. Confira!

Como ocorre a dispensação de medicamentos?

No hospital, o farmacêutico é responsável pela dispensação de medicamentos aos pacientes, conforme a prescrição do médico. Contudo, o processo de dispensação não está concentrado apenas na entrega da medicação nas doses e horários recomendados.

Também são realizadas etapas que incluem armazenamento, classificação, triagem de prescrições, controle de acesso e separação dos medicamentos.

Desse modo, vale ressaltar que a dispensação depende de um gerenciamento de medicamentos adequado, pois isso influenciará diretamente no processo.

Existem, basicamente, quatro tipos de sistemas de dispensação. São eles:

1. Sistema Coletivo

Nesse sistema, a farmácia hospitalar fornece os medicamentos conforme pedido feito pelo setor solicitante. Desse modo, por não ser focada no paciente, esse tipo de dispensação tende a gerar um uso irracional.

É como se a farmácia fosse um mero distribuidor, onde o armazenamento é feito a partir de estoques descentralizados, retirando das mãos do farmacêutico o controle na dispensação de medicamentos.

2. Sistema Individualizado

Aqui, as solicitações recebidas na farmácia hospitalar são feitas pela equipe de enfermagem, que transcreve as prescrições médicas. Assim, a dispensação é feita conforme cada receituário individual. O sistema individualizado é considerado um pré-requisito para o sistema unitário.

3. Sistema Unitário

Nos Estados Unidos, desde a década de 1960 é adotado o sistema unitário. Devido suas inúmeras vantagens, ele aparece entre as boas práticas de dispensação de medicamentos.

O principal benefício desse sistema em relação aos demais está no controle da farmácia quanto ao uso racional. Conforme a prescrição médica individualizada, os medicamentos são separados e identificados com o nome do paciente, número do leito e horário da administração.

Assim é possível integrar o farmacêutico à equipe multidisciplinar, reduzindo os erros de administração.

4. Sistema Misto

A dispensação de medicamentos pelo sistema misto combina o coletivo ao individualizado, sendo bastante utilizado em cerca de 13% hospitais brasileiros. Nesse caso, para algumas unidades específicas, como ambulatório, radiologia e emergência, a dispensação é feita pelo sistema coletivo. Nos demais setores, se aplica o sistema individualizado.

Erros mais comuns durante o processo

Erros na dispensação de medicamentos ou quaisquer falhas no processo podem significar uma “quebra” no tratamento. Podendo, inclusive, resultar em efeitos colaterais e reações adversas, colocando a saúde do paciente em risco.

Como resultado, o farmacêutico pode responder administrativamente ao Conselho Regional de Farmácia (CRF). Ou mesmo a processos judiciais por imprudência, imperícia ou negligência, pois assume o risco de danos temporários ou permanentes.

Vejam a seguir uma lista de erros mais comuns na dispensação de medicamentos:

- prescrição sem informação de quantidade;
- receituário sem informação de horário;
- prescrição sem indicação de forma farmacêutica;
- dose excessiva ou omissão de dose;
- prescrição sem indicação de concentração;
- medicamento dispensado com concentração incorreta;
- dispensação com problemas de rotulagem;
- medicamento dispensado diferente da prescrição ou sem prescrição;
- desvio de qualidade do medicamento dispensado;
- dispensação de medicamento vencido;

- dispensação de medicamento alheio à legislação brasileira.

Em alguns casos, a depender do tipo de medicamento, o potencial danoso é maior, ainda que erros ocorram com menor frequência. Desse modo, as boas práticas também partem do princípio de prevenir erros de dispensação dentro da farmácia hospitalar.

Exemplos de boas práticas na dispensação de medicamentos

Uma das razões do processo de dispensação de medicamentos está em analisar e corrigir eventuais problemas na prescrição. Sobretudo, ela visa a redução de riscos ao paciente, a fim de que ele receba o tratamento adequado. Logo, essas ações estão diretamente ligadas à qualidade da gestão.

Porém, existem algumas boas práticas que devem ser levadas em consideração para que os objetivos sejam atingidos. Uma delas passa pela adoção de um método de dispensação totalmente focado no tratamento e no paciente.

Veja a seguir algumas das principais boas práticas que devem ser adotadas na farmácia hospitalar para uma dispensação de medicamentos mais eficiente e segura:

Armazenamento seguro e controlado

O armazenamento correto faz parte das boas práticas farmacêuticas determinadas pela legislação brasileira. Obviamente, dentro do processo de dispensação, a gestão de suprimentos hospitalares é fundamental, pois está relacionada à disponibilidade dos itens.

Portanto, podemos inserir entre as boas práticas de dispensação de medicamentos o controle e segurança no armazenamento. Bem como a implementação de sistemas automatizados de monitoramento e acesso, garantindo ao farmacêutico um gerenciamento mais eficaz do processo.

Controle de prescrição

Implementar níveis de controle sobre as prescrições pode ser uma entre as boas práticas na dispensação. Por exemplo, limitar o número de unidades dispensadas, diminuir a validade e condicionar prescrições a certos resultados, são maneiras de estabelecer uma vigilância maior sobre o uso de medicamentos dentro da farmácia hospitalar.

Controle de acesso

A redução de erros de dispensação e o uso racional dependem também de um acesso mais controlado. Como parte das boas práticas, essa ação prevê o envolvimento do farmacêutico com a equipe, a fim de informar e orientar sobre os riscos associados a certos medicamentos.

Nesse sentido, racionar as quantidades também pode ser uma forma de controle. Especialmente nas situações onde o risco é mais alto, pode ser necessário implementar um programa de vigilância e acesso restrito.

Unitarização

O método de dispensação por doses unitárias é considerado atualmente como o mais racional e seguro. Infelizmente, poucos hospitais brasileiros utilizam esse sistema, pois ele demanda investimentos em tecnologia e requer uma equipe dedicada ao processo.

Com a unitarização, a prescrição médica é encaminhada pela equipe de enfermagem à farmácia hospitalar. Lá, são realizadas a triagem, análise da prescrição, o perfil farmacoterapêutico e a preparação das doses.

Posteriormente, as doses unitárias são encaminhadas para o setor de enfermagem prontas para serem administradas. Esse método apresenta muitos benefícios, como:

- redução dos erros de administração;
- identificação do medicamento até o momento da administração;
- diminuição do tempo empregado pela equipe de enfermagem;
- redução dos estoques periféricos e diminuição das perdas;
- processo de devolução otimizado;
- precisão no faturamento do consumo por paciente;
- segurança para a equipe médica quanto ao cumprimento da prescrição;
- eliminação de erros na transcrição de receituário;
- efetividade na participação do farmacêutico para definir a terapia medicamentosa;
- melhor adaptação aos sistemas informatizados.

Dispensação por prescrição digital

A partir da implementação de sistemas integrados de gestão, é possível ter um acesso mais amplo às etapas da dispensação de medicamentos. Isso inclui adotar a prescrição digital.

Com esse formato de receituário, é possível evitar erros na interpretação das prescrições, por exemplo. Sem contar que um sistema digitalizado é capaz de identificar o tratamento proposto, verificando a conformidade com os protocolos clínicos.

Ao passo que otimiza os processos, essa ferramenta torna a dispensação de medicamentos mais segura e eficiente.

Fonte:

<https://nexxto.com/dispensacao-de-medicamentos-quais-as-boas-praticas/>

NOÇÕES SOBRE MEDICAMENTOS DE CONTROLE ESPECIAL E ANTIMICROBIANOS

Medicamentos de Controle Especial

Medicamentos/substâncias sujeitos a controle especial, também chamados medicamentos/substâncias controlados, são aqueles que têm ação no sistema nervoso central podendo causar dependência física ou química.

A inclusão/exclusão de tais substâncias nas Listas da Portaria SVS/MS 344/98 e suas atualizações, é definida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA/MS.

O Brasil é signatário das Convenções Internacionais sobre substâncias Entorpecentes, Psicotrópicas e Precursoras, da Organização das Nações Unidas - ONU, tendo sua atividade regulatória fundamentada nesses compromissos internacionais. Essas Convenções dispõem sobre as medidas que cada governo signatário deve tomar para cumprimento dos controles internacionais exigidos para tais substâncias, especialmente no comércio entre os países. No Brasil as regras de controle são definidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde - ANVISA/MS, que se reporta ao Conselho Nacional Antidrogas, e este, por sua vez, à Secretaria Nacional Antidrogas - SENAD.

O órgão das Nações Unidas, responsável pela interlocução com os países, para garantir o cumprimento dos compromissos das Convenções, é a Junta Internacional de Fiscalização de Entorpecentes - JIFE, para quem o Brasil envia, trimestralmente e anualmente, os formulários estatísticos relacionados aos compromissos internacionais decorrentes das Convenções Internacionais, conforme segue:

- Convenção Única sobre Entorpecentes, de 1961, homologada pelo Decreto 54.216/64;
- Convenção de Substâncias Psicotrópicas, de 1971, homologada pelo Decreto 79.338/77;
- Convenção das Nações Unidas Contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e de Substâncias Psicotrópicas, de 1988, homologada pelo Decreto 162/91.

A Lei nº 11343 de 23/08/2006 que instituiu o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - SISNAD, proíbe as drogas em todo o território nacional e, entre outras providências, estabelece que consideram-se drogas as substâncias entorpecentes ou os produtos capazes de causar dependência, aqueles especificados em lei ou relacionados pela Portaria SVS/MS 344/1998.

Estrutura das listas da Portaria SVS/MS 344/98

- Lista A1 – Listas das Substâncias Entorpecentes
- Lista A2 – Lista das Substâncias Entorpecentes de Uso Permitido Somente em Concentrações Especiais
- Lista A3 – Listas das Substâncias Psicotrópicas

São substâncias sujeitas a Notificação de Receita “A”: Lista A1 e A2 (entorpecentes) e Lista A3 (psicotrópicas), que também é sujeitas a Notificação de Receita “A” devido a sua ação e concentração (Anexo IX – Portaria 344/98)

- Lista B1 – Lista das Substâncias Psicotrópicas - São substâncias sujeitas a Notificação de Receita “B” (Anexo X – Portaria 344/98)
- Lista B2 – Lista das Substâncias Psicotrópicas anorexígenas - São substâncias sujeitas a Notificação de Receita “B2” (Anexo I – Resolução RDC nº 58/2007)
- Lista C1 – Lista das Outras Substâncias Sujeitas a Controle Especial - São substâncias sujeitas a Receita de Controle Especial, em duas vias (Anexo XVII – Portaria 344/98)
- Lista C2 – Listas de Substâncias Retinóicas - São substâncias sujeitas a Notificação de Receita Especial Retinóides Sistêmicos (Anexo XII – Portaria 344/98)
- Lista C3 – Lista de Substâncias Imunossupressoras - São substâncias sujeitas a Notificação de Receita de Talidomida (Anexo VI – Resolução RDC nº 11/2011)
- Lista C4 – Lista das Substâncias Anti-retrovirais - São substâncias sujeitas a Receita de Controle Especial, em duas vias (Anexo XVII – Portaria 344/98), ou sujeitas a Receituário do Programa da DST/AIDS.
- Lista C5 – Lista das Substâncias Anabolizantes - São substâncias sujeitas a Receita de Controle Especial, em duas vias (Anexo XVII – Portaria 344/98 e Lei nº 9.965/2000)
- Lista D1 – Lista de Substâncias Precursoras de Entorpecentes e Psicotrópicas - São substâncias sujeitas a Receita Médica sem retenção.
- Lista D2 – Lista de Insumos Químicos Utilizados como Precursores para Fabricação e Síntese de Entorpecentes e/ou Psicotrópicas. São substâncias sujeitos ao controle do Ministério da Justiça.
- Lista E – Lista de Plantas que Podem Originar Substâncias Entorpecentes e/ou Psicotrópicas. Não podem ser objeto de prescrição ou manipulação de medicamentos alopáticos e homeopáticos.
- Lista F – Lista das Substâncias de Uso Proscrito no Brasil. São substâncias que não podem ser objeto de prescrição ou manipulação de medicamentos alopáticos e homeopáticos. Subdivide-se em:
 - Lista F1 – Substâncias Entorpecentes
 - Lista F2 – Substâncias Psicotrópicas
 - Lista F3 – Outras Substâncias

Todas as alterações referentes à Portaria SVS/MS 344/98 e à Portaria SVS/MS 6/99 são publicadas no Diário Oficial da União – DOU, sob a forma de Resoluções, que são divulgadas às equipes regionais e municipais de vigilância sanitária pela Comissão Técnica de Produtos de Controle Especial – CTPCE/DITEP/CVS.

A Comissão Técnica de Produtos de Controle Especial (CTPCE) do Centro de Vigilância Sanitária de São Paulo, é responsável por:

- 1 - Observar e fazer cumprir a legislação relativa ao controle sanitário dos estoques, produção, importação, exportação, comercialização, consumo e perdas das substâncias entorpecentes, psicotrópicas, precursoras e outras sob controle especial, bem como dos medicamentos que as contenham.
- 2 - Propor normas e medidas regulatórias no âmbito estadual sobre controle e fiscalização das substâncias entorpecentes, psicotrópicas e precursoras e outra sujeitas a controle especial, bem como dos medicamentos que as contenham, no sentido de cumprir e fazer cumprir as disposições da legislação federal em vigor.
- 3 - Divulgar às equipes regionais e municipais de vigilância sanitária as alterações e atualizações das legislações vigentes e referentes a substâncias sujeitas a controle especial.
- 4 - Promover capacitações/treinamentos sempre que necessário, para atualizar os técnicos das equipes regionais e municipais de vigilância sanitária sobre as alterações e atualizações das legislações referentes a substâncias sujeitas a controle especial.

Antimicrobiano

O que significa antimicrobiano?

Antimicrobiano é utilizado para descrever substâncias que demonstram a capacidade de reduzir a presença de micróbios, tais como bactérias e fungos.

Que tipos de antimicrobianos existem?

Muitas substâncias podem ser descritas como antimicrobianas, tais como os desinfetantes, os antibióticos e, naturalmente, os aditivos antimicrobianos.

Que tipos de aditivos antimicrobianos existem?

Existem quatro tipos principais de aditivos antimicrobianos, baseados nas tecnologias de Íons de Prata, Cobre, Zinco e Orgânicos:

- Aditivos Antimicrobianos de Íons de Prata: adequados para implantação em uma ampla gama de materiais e aplicações, incluindo pinturas, revestimentos, têxteis, polímeros e outros tipos de materiais.
- Aditivos Antimicrobianos de Zinco: um conhecido composto antibacteriano e antifúngico.
- Aditivos Antimicrobianos de Cobre: podem fornecer proteção antimicrobiana em aplicações de conservação e de higiene, com substratos como pinturas, revestimentos e polímeros sendo os mais adequados.
- Aditivos Antimicrobianos Orgânicos: incluindo biocidas fenólicos, compostos de amônio quaternário (QAC ou QUAT) e fungicidas (Tiabendazol)

Todos os antimicrobianos são os mesmos?

Embora muitas substâncias sejam antimicrobianas, a maneira como elas funcionam, seu desempenho ou sua duração não são universais. Qualquer coisa que seja “antimicrobiana” tem um efeito sobre os micróbios, mas o termo antimicrobiano não é uma medida de desempenho.

Qual é a diferença entre antimicrobianos e antibacterianos?

O antimicrobiano é eficaz contra um amplo espectro de micróbios: isto inclui bactérias, mofo, fungos e até mesmo vírus. O antibacteriano, por outro lado, é eficaz somente contra bactérias.